Art. 14. Caberá à Comissão de Voluntariado do Projeto:

I - Elaborar o Programa de Trabalho, as Instruções de Serviço editais e protocolos das atividades voluntárias;

II - Elaborar material para capacitação e orientação dos voluntários;

III - Implementar, coordenar e controlar as ações necessárias à prestação de serviço voluntário;

IV - Acompanhar e avaliar as atividades relativas ao voluntariado;

V - Providenciar crachá de identificação e/ou uniforme quando for o caso, para os voluntários selecionados;

VI - Manter registro das atividades do voluntariado;

VII - Emitir certificados, observados as especificidades de cada projeto e atividade.

Art. 15. Fica revogada a Resolução nº 34/2017 - PRESI/CODHAB, de 03 de janeiro de 2017.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON LUIZ

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO Nº 148, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, conforme o disposto na Resolução Adasa nº. 14, de 27 de outubro de 2011 e Resolução Adasa nº 03, de 13 de abril de 2012, tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, o que consta nos autos do Processo SEI nº 00197-00002981/2019-81 e considerando o Recurso de Revisão interposto pela Sra. Marieta Joaquim dos Reis, em face a decisão proferida, em última instância, pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em manter a aplicação de penalidade, conforme estabelecido pela Resolução Adasa nº 03, de 13 de abril de 2012, referente ao Processo CAESB nº 0092.001.294/2019, que versa sobre lançamento indevido de águas industriais, óleos e gorduras à rede pública, resolve conhecer do recurso de revisão interposto pela Sra. Marieta Joaquim dos Reis, eis que tempestivo e, no mérito, dar-lhe provimento parcial no sentido de modificar a decisão exarada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, alterando-se o fator de multiplicação de 35 para 15, com fundamento no art. 20, §1º da Resolução Adasa nº 3, de 2012, fixando-se o valor da penalidade em R\$ 442,50 (quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), acompanhando integralmente as conclusões e a recomendação da Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto - SAE em sua Nota Técnica SEI-GDF nº 56/2019 - ADASA/SAE/COFA, nos termos do voto do Diretor Relator.

PAULO SALLES

DESPACHO Nº 149, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, conforme o disposto no inciso I, artigo 22 e inciso VI, artigo 23, ambos da Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, tendo em vista deliberação da Diretoria Colegiada, e o que consta do Processo SEI nº 00197-00003282/2019-56, resolve: (i) aprovar o Plano de Trabalho (26725964) que deve compor o Memorando de Entendimento para Cooperação em matéria de serviços de Águas e Recursos Hídricos entre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado ou alterado, de comum acordo entre as partes, mediante aviso prévio de 06 (seis) meses, sem a previsão de repasse de recursos financeiros; (ii) autorizar a celebração Memorando de Entendimento para Cooperação em matéria de serviços de Águas e Recursos Hídricos; (iii) determinar a inclusão das cláusulas elencadas no supramencionado Memorando de Entendimento, conforme recomendado na Nota Técnica nº 50/2019 -ADASA/AJL, nos termos do voto do Diretor Relator.

PAULO SALLES

DESPACHO Nº 150, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuições regimentais, conforme disposto no inciso IV do artigo 17 da Lei nº. 4.285, de 26 de dezembro de 2008, Contrato de Concessão nº 01/2006-Adasa e suas alterações posteriores, Resolução nº 15, de 2016, Resolução nº 17, de 2016, Resolução nº 06, de 2017, Resolução nº 30, de 2018, Resolução nº 36, de 2018, de acordo com deliberação da Diretoria Colegiada, e o que consta nos autos do Processo SEI nº 00197-0000226/2019-60, e considerando o Recurso administrativo interposto pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em face da decisão proferida pela Diretoria Colegiada, por meio do Despacho nº 98, de 17 de julho de 2019, que indeferiu o pedido de utilização de recursos oriundos da Tarifa de Contingência para a perfuração de 04 (quatro) poços tubulares na região de São Sebastião, resolve: (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, eis que tempestivo, referente a Carta nº 35/2019 - CAESB/DR/RRE, retificada pela Carta nº 37/2019 - CAESB/DR/RRE, em face da decisão proferida pela Diretoria Colegiada da Adasa na 19ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria Colegiada de 2019, em 15 de julho de 2019; e, (ii) não dar provimento ao recurso considerando intempestiva a Carta SEI-GDF nº 76/2018 - CAESB/PR/PRM, bem como o Requerimento - Formulário GEDOC nº 50.040/2018, nos termos do voto do Diretor Relator.

PAULO SALLES

DESPACHO DE EXTRATO DE OUTORGA PRÉVIA

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, torna pública a outorga:

Outorga Prévia/PRE nº 226/2019. ÂNCORA PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS S/A, outorga prévia para reservar o direito de uso de água subterrânea referente a perfuração de quatro poços tubulares, para fim de abastecimento humano, Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu, Área desmembrada da Fazenda Santa Bárbara, Rodovia DF -140, São Sebastião/DF. Processo SEI nº 00197-00002005/2019-26.

PAULO SALLES

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a adoção dos critérios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e seus indicadores, bem como diretrizes para procedimentos internos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL, nos termos da Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007 e no uso das atribuições lhe conferidas pelo artigo 60, do Decreto nº 39.558, de 20 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar no âmbito do Brasília Ambiental as diretrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de acordo com o Decreto Federal nº 8.892, de 27 de outubro de 2016 e o Decreto Distrital nº 38.006, de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º As unidades orgânicas do Brasília Ambiental deverão adotar procedimentos para harmonização de conceitos e atividades relacionados à Agenda 2030 e ODS e estratégias de divulgação para o público externo, de acordo com as orientações para a implementação dos ODS em nível subnacional/local.

§ 1º As ações, planos, programas e projetos a serem executados ou em execução deverão, sempre que possível, indicar expressamente os ODS e metas para os quais contribuem.

§ 2º A elaboração de indicadores de resultados institucionais e de processos, no que couber, deve manter correspondência com os indicadores dos ODS.

§ 3º A harmonização dos conceitos e metas entre as unidades orgânicas institucionais será desenvolvida por meio de ação de comunicação interna, com vistas à apropriação do tema pelos servidores e sinergia entre as ações do Brasília Ambiental.

§ 4º O Brasília Ambiental deve manter em seu sítio institucional informações sobre a Agenda 2030 e ODS.

§ 5º As notícias veiculadas no sítio institucional deverão, sempre que possível, indicar expressamente os ODS e metas para os quais contribuem.

Art. 3º O Comitê Interno de Governança e a Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P deverão incorporar às suas pautas a temática da Agenda 2030 e ODS.

Art. 4º Ao Planejamento Estratégico Institucional e ao Planejamento Plurianual devem ser incorporados, no que couber, as metas e indicadores dos ODS.

Art. 5º As informações sobre o alcance das metas e indicadores dos ODS deverão ser incorporadas nos relatórios institucionais de prestação de contas, de resultados entre outros documentos oficiais, além da produção de relatório anual específico.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON DUARTE

DECISÃO 64/2019 - IBRAM/PRESI

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, por meio de seu presidente, Sr. EDSON GONÇALVES DUARTE, nos termos da Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, dá publicidade - conforme preconiza a Resolução CONAMA nº 237/1997 - à decisão de INDEFERIR o pedido de Autorização de Supressão Vegetal requerido pelo interessado Carlos Eduardo Safe Carneiro Gebrim referente ao processo de licenciamento ambiental nº 00391-00011268/2018-11, nos termos do Parecer Técnico SEI-GDF nº 102/2019 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-I.

EDSON DUARTE

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 39, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

A DIRETORA EXECUTIVA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 38.289 de 22 de junho de 2017, e com base no Decreto nº 14.647 de 25 de março de 1993, e Portaria nº 1 de 05 de janeiro de 1995, e Art. 43 do Decreto nº 32.598/2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o início da execução da obra de reforma a casa de medição de média tensão 15kV, localizada no Jardim Botânico de Brasília, com suprimento de material, instalação de nova chave seccionadora, montagem do sistema elétrico e revisão de rede elétrica existente, conforme Processo Nº.00-195.00001151/2018-18, tendo contratado a Empresa LIGHTING ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 04.401.412/0001-94, no Contrato de Prestação de Serviço nº 006/2019-JBB;

Art. 2º O prazo de execução dos serviços será de 50 (cinquenta) dias corridos;

Art. 3º Essa Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE DE PIERI

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 375, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio da Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 163, de 28 de agosto de 2019, págs. 31/32, republicada no DODF nº 165 de 30 de agosto de 2019, pág. 13, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 90 (noventa) dias, a contar do dia 25 de setembro de 2019, os trabalhos da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial - CPTCE-1, instituída por meio da Portaria nº 236, de 24 de junho de 2019, publicada no DODF nº 119, de 27 de junho de 2019, página 15, a fim de dar continuidade à análise e conclusão dos procedimentos pertinentes ao processo nº 0150.003343/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO VASCONCELOS DA SILVA

PORTARIA Nº 376, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio da Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 163, de 28 de agosto de 2019, págs. 31/32, republicada no DODF nº 165 de 30 de agosto de 2019, pág. 13, nos termos do processo SEI nº 00150.00005710/2019-11, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a fim de dar continuidade à análise e conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada por meio da Portaria nº 273, de 23 de julho de 2019, publicada no DODF nº 140, de 26 de julho de 2019, página 36, referente aos processos nºs 150.002.053/2014, 150.002.347/2012 e 150.001.904/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO VASCONCELOS DA SILVA